



Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR

Presidência Pro Tempore Brasileira 2010

Dezembro | 2010 | FOZ DO IGUAÇU - BRASIL



Índice

4

Mercosul 20 anos: integração repercute nas realidades locais

Cooperação subnacional ganha importância no Mercosul

6

10

Estrutura do FCCR estimula articulação entre participantes

Questão fronteiriça, cidadania e economia são temas prioritários

12

18

OIT estimula ações de valorização do trabalho decente

Aprofundar cooperação é partilhar responsabilidades

20

22

O FCCR na estrutura do Mercosul

Entidades de governos e integração regional

24

28

Principais acordos assinados no âmbito do Mercosul

Mercosul em números

32



Mercosul 20 anos: integração repercute nas realidades locais

Os caminhos trilhados pelo Mercosul, desde sua criação, possibilitaram a ampliação dos debates em torno da integração regional em suas diversas vertentes. Várias temáticas, além de atores sociais e políticos, foram incorporadas à estrutura formal do bloco, alargando sua agenda de interesse e seus desafios rumo a uma integração mais abrangente. Nesse sentido, as relações entre os países partes passaram a transcender as relações meramente comerciais e financeiras, requerendo maior participação dos cidadãos por meio de instâncias as mais representativas possíveis de suas demandas e anseios.

Nesse contexto, vários governos subnacionais dos países do bloco expressaram o sentimento de que se constituíam detentores de percepções próprias acerca dos impactos da integração regional em seus respectivos territórios e de uma visão própria desse processo. Na primeira metade da década de 90, cidades e regiões do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do

Uruguai iniciaram um movimento na busca de seu espaço no Mercosul e do protagonismo necessário à inclusão de suas percepções e perspectivas para a construção de um bloco mais aderente às peculiaridades de cada território que o compõe.

Em 1995, a inserção dos governos locais nos rumos do Mercosul deu um importante passo, com a realização, na cidade de Assunção, do seminário “Mercosul: Oportunidades e Desafios para as Cidades”. Naquela ocasião, as cidades capitais do Cone Sul assinaram a Declaração de Assunção, na qual expressavam a vontade de criar uma rede de cidades do Mercosul denominada Mercocidades. No mesmo ano, foi assinado também o “Compromisso de Porto Alegre”, por meio do qual as cidades manifestaram sua intenção de participar como protagonistas do processo de integração regional, e a ata de fundação da Mercocidades, embasada na certeza de que a participação das cidades seria o caminho

CRONOLOGIA DO MERCOSUL

| 1991 |

Tratado de Assunção

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram constituir um Mercado Comum, o Mercosul, visando ampliar as dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos. Estabeleceram, no preâmbulo do Tratado, que a constituição do mercado comum deve pautar-se pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia.

| 1994 |

Protocolo de Ouro Preto

Estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL e o dota de personalidade jurídica internacional. O protocolo instituiu que o Conselho do Mercado Comum, integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes, é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

| 1995 |

Ata de fundação da Mercocidades

Foi instituída a principal rede de municípios do MERCOSUL com o objetivo de incentivar a participação dos municípios no processo de integração regional, promover a criação de um ambiente institucional para as cidades no âmbito do MERCOSUL e desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre municípios da região. As cidades fundadoras foram onze: Rosario (Argentina), Assunção (Paraguai), Florianópolis (Brasil), Porto Alegre (Brasil), La Plata (Argentina), Curitiba (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), Brasília (Brasil), Córdoba (Argentina), Salvador (Brasil) e Montevideú (Uruguai).



para construir uma autêntica cidadania no Mercosul a partir das cidades.

Várias iniciativas dos governos locais do Mercosul vêm possibilitando o adensamento das relações entre os países vizinhos do Cone Sul e uma série de acordos de cooperação técnica que ampliam o intercâmbio e a interação em diversas áreas. Ao longo do tempo, a rede Mercocidades cresceu em número de cidades e outros foros surgiram ou direcionaram maior atenção à questão da integração regional. Instituições como o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e diversas associações nacionais de municípios e regiões passaram a dedicar-se de forma crescente à atuação internacional, especialmente voltada à cooperação com os países vizinhos.

Também no âmbito dos Estados, Províncias e Departamentos, instâncias como o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e a Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino (Crecenea) impulsionaram suas ações internacionais, possibilitando maior interação entre governos subnacionais vizinhos e fortalecendo a integração regional. Em 2004, o Mercosul abriu um importante espaço para pro-

mover a participação direta dos governos subnacionais em sua estrutura institucional, com a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR). Após sua criação, o FCCR foi instalado no dia 18 de janeiro de 2007, durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no Rio de Janeiro, estabelecendo um novo marco nas relações federativas, tanto no âmbito nacional quanto no regional.

Os primeiros 20 anos do Mercosul talvez possam ser encarados como um período de construção e consolidação de espaços de participação das cidades e regiões no bloco. Várias iniciativas foram tomadas e vêm funcionando com o intuito de potencializar a cidadania mercosulina e trazer a integração regional para os âmbitos locais. Entretanto, a conquista de espaços qualifica os desafios e os evidencia de forma a requerer ações que concretizem o tão almejado protagonismo reivindicado pelos governos subnacionais.

O FCCR, agora mais maduro, se depara com o desafio de prover respostas mais concretas às demandas dos governos subnacionais do Mercosul, devendo ser parte essencial das iniciativas integradoras a serem implementadas.

2000

Resolução 90/00 do GMC

Criação da Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) com o objetivo de promover o diálogo e a cooperação entre as autoridades de nível municipal dos países do Mercosul. Esse foi o primeiro espaço de participação dos governos locais na estrutura institucional do Mercosul.

2004

Decisão 41/04 do CMC

No marco da Cúpula de Ouro Preto, cria o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR). Esse novo espaço institucional, permite que os governos subnacionais da região passem a atuar diretamente nos temas que lhes sejam pertinentes no âmbito dos debates do Mercosul e possam igualmente formular recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do bloco.

2007

Instalação do FCCR

Permitiu a aprovação de seu Regimento Interno e o início de seu funcionamento, tendo em vista o fortalecimento do Mercosul pela incorporação de espaços cada vez mais representativos do conjunto das sociedades que o compõem e lhe dão legitimidade. A participação de governantes locais e regionais possibilita ao Mercosul dar resposta aos desafios da integração e do desenvolvimento nas escalas regional e local.



Cooperação subnacional ganha importância no Mercosul

Experiência do FCCR amplia envolvimento de atores locais no bloco

Embora os governos subnacionais dos países membros do Mercosul venham tomando iniciativas e implementado ações nos âmbitos econômicos, comercial, político e cultural ao longo dos últimos anos, seu papel como atores relevantes do processo de integração regional não havia sido devidamente reconhecido por parte dos governos nacionais.

A Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI), criada em 2000, constituiu o primeiro espaço de participação dos governos locais na estrutura institucional do Mercosul.



No entanto, esse mecanismo mostrou-se insuficiente para atender as demandas políticas de participação dos governos locais, principalmente por dar às cidades tratamento temático no bloco regional (tal como as reuniões especializadas de ciência e tecnologia, turismo, entre outras) e não reconhecê-las como atores efetivos da construção do Mercosul.

O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, criado pela Decisão 41/04 do Conselho Mercado Comum, no marco da Cúpula de Ouro Preto, em dezembro de 2004, inaugura um novo momento para os governos subnacionais no Mercosul.

Os governos subnacionais da região passam a atuar diretamente nos temas que lhes forem pertinentes no âmbito dos debates do Mercosul e podem igualmente formular recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do bloco. Segundo o texto da mencionada decisão, o Foro é constituído por um comitê dos municípios e um comitê dos Estados, Províncias e Departamentos.

Instalado em 2007, o FCCR passou a funcionar de forma intensa e a produzir resultados, como a aprovação de seu Regimento Interno e a realização de três eventos importantes: o encontro de governadores da região Nordeste brasileira e Noroeste argentina, realizado em Tucumán, Argentina; o encontro de prefeitos do Mercosul, realizado em Caracas; e o encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, ocorrido em Belém do Pará, em dezembro do mesmo ano.

Integração além das fronteiras físicas



O Encontro de Governadores brasileiros e argentinos, realizado em Tucumán, Argentina, em maio de 2007, trouxe à discussão o papel de regiões tradicionalmente distanciadas do chamado “eixo clássico” do Mercosul, compreendido como a região do Rio da Prata, na integração sul-americana.

No caso brasileiro, a busca do maior envolvimento da região Nordeste, afastada geograficamente das fronteiras da integração *mercosuliana*, e cujas preocupações econômicas e políticas dependem da agenda de cada Estado (enquanto a Bahia se volta para a região sul-sudeste, em termos de exportações e turismo, entre outros, o Maranhão, considerado Estado da Amazônia Legal brasileira, tem maior proximidade com seus vizinhos do Norte e, em particular, com a Venezuela).

A criação de um novo eixo de integração entre estados e sub-regiões do Mercosul exigiu um esforço conjugado entre os governos nacionais, estaduais e provinciais e, sobretudo, a percepção compartilhada de que o processo de integração política da região passa por es-

forços que transcendem os fluxos comerciais inerciais da região.

Ao mesmo tempo, criaram novas oportunidades de negócios e cooperação. No caso em tela, tanto o nordeste brasileiro como o noroeste argentino, apesar das distâncias geográficas, possuem características comuns que as aproximam, por se tratar de duas regiões e polos culturais em seus países, por grandes desigualdades sociais e em busca de novos mercados e atividades econômicas que alavanquem seu desenvolvimento econômico e humano.

O Nordeste brasileiro e o Noroeste argentino, apesar das distâncias, possuem características comuns que as aproximam, por se tratarem de polos culturais em seus países, com grandes desigualdades sociais e em busca de novos mercados



Entrada da Venezuela ampliará relacionamento na região amazônica

O encontro de prefeitos, ocorrido em Caracas, evidencia o esforço político do FCCR, em particular das cidades, organizadas ao redor da Rede Mercocidades, em contribuir para o debate e para a prática de inserção da Venezuela no Mercosul. Como esse país ainda se encontra com status de membro em processo de adesão ao bloco, a aproximação entre governos locais dos demais países com seus homólogos venezuelanos cria uma situação política de fato e contribui para pressionar as instâncias responsáveis pelo ingresso da Venezuela no Mercosul a se posicionarem.

Já o encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, realizado em Belém em dezembro de 2007, teve como ponto de partida aprofundar o debate sobre a adesão da Venezuela ao bloco e levar (ou trazer) o Mercosul à região amazônica. Organizado em conjunto pelo Governo do Estado do Pará, pela Presidência da República do Brasil e tendo como âmbito institucional o FCCR, teve o desafio de reunir governadores de uma região marcada pelas gran-

des distâncias, logo, com dificuldades naturais de integração e cooperação, e por grandes carências sociais e econômicas.

Além disso, a ideia do Mercosul, muito mais vinculada ao imaginário da região Sul do continente, dificultava a busca de pontos de convergência e o convencimento dos governadores sobre a pertinência do debate. A solução para esse impasse ocorreu como reflexo natural da tomada de consciência dos mandatários estaduais de que o ingresso da Venezuela ao Mercosul poderá criar um novo polo de desenvolvimento e integração para toda região. Ao mesmo tempo, também desperta o interesse das demais sub-regiões para os potenciais de cooperação e negócios desse novo polo de desenvolvimento.

Dessa forma, a realização, pela primeira vez, de um encontro de governadores das regiões platina, andina e amazônica do Mercosul chama a atenção para os potenciais da região, de seus atores e das possibilidades derivadas dessa iniciativa.





Atores locais podem influenciar decisões

Deve-se notar que, para além de sua função institucional na estrutura formal do Mercosul, o FCCR possui importante papel dinamizador e catalisador das experiências de integração no âmbito do Mercosul dos governos subnacionais.

Com a multiplicação de ações nesse nível, a criação de um espaço que possa reunir todas as experiências existentes e trazê-las ao conhecimento do conjunto dos atores nacionais e subnacionais contribui decisivamente para gerar a complementaridade dessas ações e, ao mesmo tempo, criar o ambiente propício para novas iniciativas, tanto bilaterais, como acordos de cooperação entre dois governos subnacionais, como multilaterais, tais como redes, fóruns ou iniciativas regionais que congreguem cidades ou Estados de dois ou mais países.

Governadores do Norte e do Nordeste manifestaram seu apoio à adesão venezuelana, acelerando a ratificação do Senado

A participação dos governadores foi essencial para garantir a aprovação brasileira ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Enquanto o Senado ainda analisava conceder a autorização, conforme exige a legislação brasileira, 12 dos 16 governadores do Norte e do Nordeste manifestaram seu apoio à adesão venezuelana, acelerando a ratificação do Senado.

O episódio serviu para mostrar como os atores subnacionais, nesse caso os governadores, podem atuar no cenário nacional e incidir de forma relevante nas agendas sul-americana e internacional, pois as decisões tomadas nesse âmbito geram impacto tanto para a realidade nacional quanto para a estadual e a local.

RORAIMA E BOLÍVAR LIGAM BRASIL E VENEZUELA

Os Governadores dos Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela), em 15 de dezembro de 2008, no marco da IV Reunião Plenária do FCCR, na cidade de Salvador, Bahia, comprometeram-se a intensificar a cooperação entre os dois Estados fronteiriços, com o objetivo de estreitar, cada vez mais, seus laços sociais, culturais e econômicos.

Esse processo de cooperação, embaçado em princípios de solidariedade e fraternidade, enaltece os principais avanços e resultados já alcançados desde a realização da Primeira Reunião de Governadores Roraima-Bolívar, em 17 de abril de 2006.

Em declaração conjunta, os Governadores estabeleceram como prioridade a expansão da cooperação especialmente no que se refere ao intercâmbio de informações socioeconômicas para subsidiar novos investimentos privados, ao intercâmbio cultural e desportivo com o objetivo de executar projetos conjuntos, e à troca de experiências no âmbito do turismo, como forma de ampliar as oportunidades de negócios do setor e os laços de amizade e irmanamento entre Roraima e Bolívar.



Estrutura do FCCR estimula articulação entre participantes

Integração requer ações coordenadas e sistematizadas

O Foro Consultivo foi constituído visando uma maior e melhor articulação e coordenação das várias iniciativas no âmbito do Mercosul, a partir da participação de governadores, prefeitos e demais atores locais que atuam como parceiros das ações dos governos nacionais. Sua criação se deu por meio da Decisão N° 41/04 do Conselho Mercado Comum.

No documento, o Conselho reconhece que “o desenvolvimento do processo de integração tem uma dimensão política crescente, a qual requer ações coordenadas e sistematizadas de todos os atores nele envolvidos”.

A partir desta percepção, foi criado um foro específico para tratar do diálogo e da cooperação entre os governos de nível municipal, esta-

dual, provincial e departamental. Ao suceder a Reunião Especializada de Municípios e Intendências, o FCCR passou a ser formado por um Comitê dos Municípios e um Comitê dos Estados Federados, Províncias e Departamentos.

Cabe ao foro propor medidas destinadas à coordenação de políticas para promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida dos habitantes de todas as regiões, bem como formular recomendações por intermédio do Grupo Mercado Comum.

Por regulamentar aspectos da organização e do funcionamento do bloco, o foro não teve de ser incorporado aos ordenamentos jurídicos dos membros, o que facilitou sua montagem e acelerou o início de sua atuação.

COMITÊS PROMOVEM REVEZAMENTO ENTRE ATORES

A fim de que governos locais e regionais possam atuar de forma integrada e, ao mesmo tempo, manter a autonomia e as especificidades de suas agendas, o FCCR possui dois comitês, um de municípios e outro de Estados federados, Províncias e Departamentos. Cada um é coordenado por um governo subnacional e seus membros são designados pelos governos nacionais. Esses comitês se reúnem por iniciativa própria e de forma conjunta na Reunião Plenária do FCCR, o que ocorre a cada Presidência Pro Tempore do Mercosul.





COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA



- CAPÍTULO ARGENTINO
- CAPÍTULO BRASILEIRO
- CAPÍTULO PARAGUAIO
- CAPÍTULO URUGUAIO
- CAPÍTULO VENEZUELANO

Rosario; La Matanza; Florencio Varela; Rafaela; Santa Fe; Ituzaingó; Tandil; San Miguel de Tucumán; Morón; Ciudad Autónoma de Buenos Aires

Tucumán; Chaco; Corrientes; Formosa; Santa Fe; Santiago del Estero; Mendoza; Córdoba; Entre Ríos; Salta

Belo Horizonte; Guarulhos; Fortaleza; Santa Vitória do Palmar; Corumbá; Bagé; Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu; CNM; ABM; FNP

Bahia; Pernambuco; Amazonas; Pará; Paraná; Rio Grande do Sul; Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Rio de Janeiro; Acre

Capiatá; San Bernardino; Ytute; General Aquino; Capitán Miranda; Villa Hayes; General Díaz

Concepción; San Pedro; Cordillera; Guairá; Caaguazú; Caazapá; Itapúa; Misiones; Paraguari; Alto Paraná; Central; Ñeembu cú; Amambay; Canindeyú; Presidente Hayes; Alto Paraguay; Boquerón

Congreso de Intendentes: Artigas; Cerro Largo; Rivera; Rocha; Treinta y Trés

Estado de Bolívar



Questão fronteiriça, cidadania e economia são temas prioritários

Foco recai sobre áreas de competência dos governos subnacionais

Ao longo de seus três anos de funcionamento, o FCCR tem estimulado debates sobre temas trazidos pelos governos subnacionais. Algumas dessas iniciativas tiveram início e continuidade dentro do foro, enquanto outras serviram apenas como ponto de partida para iniciativas que se desenvolveram de forma independente, em outros fóruns ou ainda de forma individual pelos próprios proponentes. Como forma de receber os temas prioritários apresentados pelos membros do FCCR, desenvolver agendas

consistentes e formular soluções em curto, médio e longo prazos, buscou-se que a estrutura do Foro funcionasse apenas tendo como base temas ou eixos que tivessem sustentação em suas próprias ações empreendidas pelos próprios governos subnacionais.

Dessas ações, três tiveram maior destaque: Integração Fronteiriça, Integração Produtiva e Cidadania Regional – eixo que serve de guarda-chuva para todos os temas sociais e culturais.



Bagé: polo de interação entre Brasil e Uruguai

O Seminário Bi-Nacional Brasil-Uruguai sobre Desenvolvimento Econômico Sustentável e Integração Regional, realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2010, foi organizado pela Prefeitura Municipal de Bagé e pela Caixa Econômica Federal, com a participação da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito e da Intendência Municipal de Rivera, do Uruguai. Foram debatidos temas rela-

cionados ao desenvolvimento econômico e sustentável das regiões de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, sob os enfoques da integração regional e da cooperação transfronteiriça. Nesse sentido apresentou-se a proposta de pavimentação da Estrada da Serrilhada que une Bagé, no Brasil a Minas de Corrales, no Uruguai, e foi promovida ampla exposição de organismos internacionais de financiamento, para auxiliar na busca de captação de recursos.



Territórios contíguos e desenvolvimento

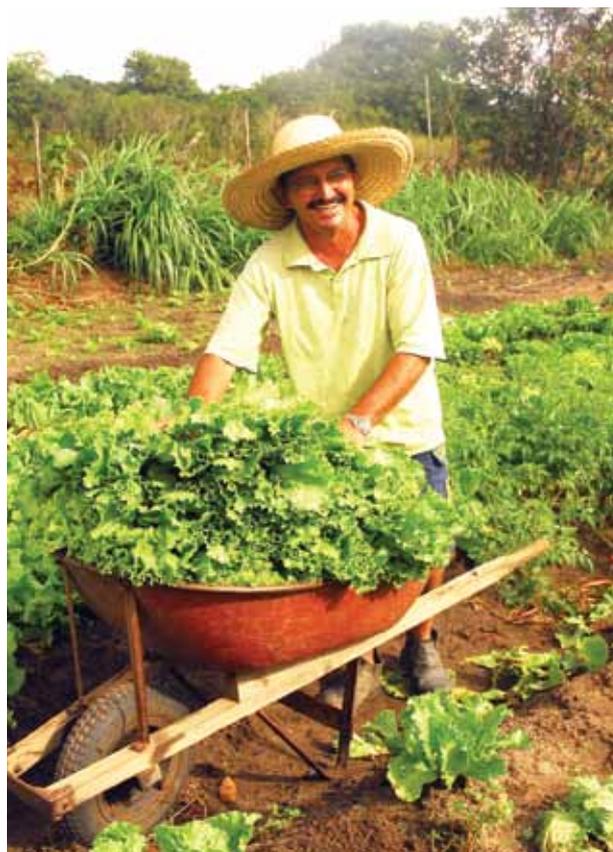
A integração fronteiriça dos países do Mercosul constitui-se objetivo permanente e eixo prioritário do FCCR. Nesse sentido, além de iniciativas próprias, o Foro vem incentivando ações dos países do bloco e de suas cidades e regiões com o intuito de promover o desenvolvimento integrado de seus territórios fronteiriços.

Em 2008, foram realizadas a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Integração da Fronteira (GTIF) do FCCR e um Seminário sobre Integração Fronteiriça, ambos em Formosa, Argentina, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e consolidação do Mercosul, por meio da discussão dos problemas fronteiriços a partir das perspectivas e necessidades desses territórios.

Nesses dois eventos discutiram-se diversos aspectos relacionados aos problemas das zonas fronteiriças e foi levantada a necessidade de que cada Coordenação Nacional do FCCR identifique e mobilize as áreas de cada governo nacional que lida com questões de fronteira, tendo em vista a formulação de ações articuladas de integração.

O Foro vem incentivando ações dos países do bloco e de suas cidades e regiões com o intuito de promover o desenvolvimento integrado de seus territórios fronteiriços

Ciudad Del Este - Realizou-se ainda, no ano de 2009, a Reunião de Prefeitos e Intendentes de Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai, em Ciudad Del Este, Paraguai, na qual se discutiram os principais problemas fronteiriços desses três países.



Os principais pontos tratados foram: a ausência de aduanas em determinados pontos da fronteira; a ocorrência de atividades criminosas como o tráfico de drogas e de pessoas; o baixo aproveitamento do potencial turístico das regiões de fronteira, devido à insuficiência de investimentos dos governos nacionais; o descuido e negligência em relação à preservação ambiental; e a baixa participação de autoridades municipais e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas que afetam as localidades fronteiriças.

Na reunião foi destacado ainda o potencial de desenvolvimento das áreas fronteiriças dos três países, que contam com abundantes riquezas naturais e a existência de uma cultura de integração e solidariedade fronteiriças.



Grupo de trabalho do Comitê da Articulação Federativa consolida novas propostas

Em meio ao produtivo debate sobre as questões fronteiriças e ao crescente envolvimento dos atores sociais e políticos em torno do tema, a Coordenação Nacional brasileira do FCCR propôs, no Brasil, a criação de um Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI) no âmbito do Comitê de Articulação Federativa (CAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR).

Incumbido de elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, o GTI foi instalado e contou com a participação de vários ministérios e órgãos federais, além de entidades representantes de estados e municípios.

Os trabalhos do GTI constataram que as ações empreendidas pelos agentes públicos federais, estaduais e municipais brasileiros, embora bem intencionadas, não vinham apresentando a efetividade esperada, produzindo, em muitos casos, políticas públicas fragmentadas, cujos resultados estavam aquém do esperado.

Percebeu-se então que nenhum órgão ou instituição, individualmente, deteria a capacidade de

O GTI foi instalado e contou com a participação de vários ministérios e órgãos federais, além de entidades representantes de estados e municípios

enfrentar o complexo desafio do desenvolvimento e integração fronteiriços sem contar com elevada articulação entre os órgãos federais e também entre as unidades federadas envolvidas e suas comunidades fronteiriças.

Com base nesse diagnóstico, foi proposta a instituição de uma Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira brasileira. Tal proposta foi acolhida pelo presidente da República, que editou decreto, em setembro de 2010, criando a referida comissão, composta por órgãos federais, estaduais e municipais, além de outras entidades representantes das unidades federadas e instituições brasileiras com atuação no território fronteiriço.

A participação de representantes de governos estaduais e municipais na comissão garantirá uma gestão mais participativa e democrática dos problemas e desafios fronteiriços

A Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira terá, após sua instalação, a atribuição de elaborar e propor diretrizes para a atuação coordenada do Governo Federal brasileiro no apoio ao desenvolvimento e à integração da Faixa de Fronteira, contando com a participação de núcleos regionais constituídos em territórios específicos. Além disso, a participação de representantes de governos estaduais e municipais na comissão garantirá uma gestão mais participativa e democrática dos problemas e desafios fronteiriços.

Cadeias interligadas induzem crescimento



O Foro Consultivo, desde sua instalação, buscou incentivar ações dos governos subnacionais do Mercosul destinadas a promover a integração entre cadeias produtivas e a gerar novos negócios. Em 2008, foram realizadas duas Rodadas de Integração Produtiva que criaram oportunidades de cooperação entre governadores e prefeitos do Mercosul, a partir do intercâmbio de experiências e divulgação das diversas iniciativas nacionais e regionais.

A Rodada de Integração Produtiva dos Governadores e Prefeitos da Frente Norte do Mercosul discutiu iniciativas dos governos nacionais, locais e regionais no âmbito da integração turística e integração do comércio exterior.

Participaram das discussões Secretários de Estado do Governo Federal brasileiro, Presidentes de empresas estaduais de turismo, Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, Secretários Estaduais de Indústria e Comércio Exterior, além de técnicos e assessores brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios.

Desse debate resultaram o Acordo de Cooperação entre o Governo do Estado do Amazonas e o Governo da Província de Terra do Fogo, Antártida e Ilhas, sobre o tema da integração turística e a criação de rede de cooperação entre institutos tecnológicos agropecuários e de grupo de trabalho para discutir zonas especiais, no âmbito da integração de comércio exterior.

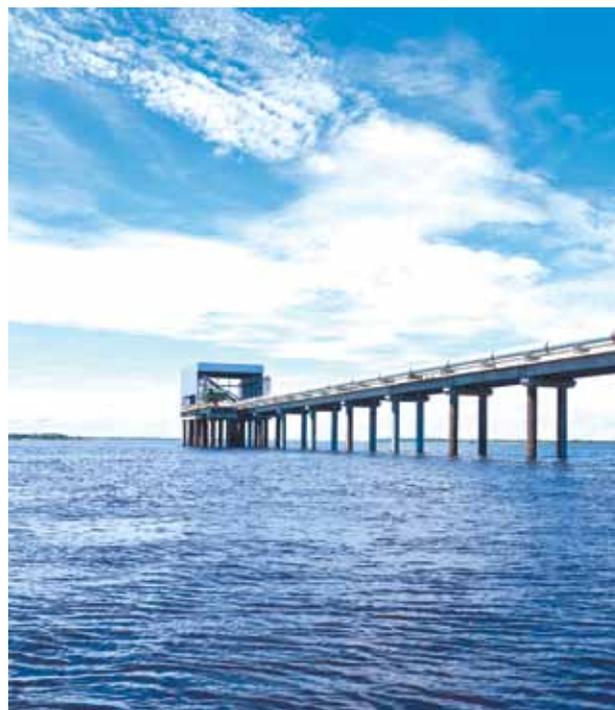


Rede de transportes é estratégica

As obras de infraestrutura de interconexão física, além do desenvolvimento energético e das comunicações, possibilitam à América do Sul a construção de um posicionamento estratégico para melhorar a competitividade dos seus setores produtivos, permitir acesso aos mercados e favorecer a integração dos povos das regiões fronteiriças.

Em Formosa, nos dias 19 e 20 de julho de 2010, membros das regiões que compõem o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), autoridades nacionais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de Bolívia, Chile e Venezuela, se reuniram para debater a atualidade do transporte multimodal (hidrovias, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias), tendo em vista analisar os corredores de integração, o transporte da produção e o comércio como fatores de integração.

Durante o evento, foram abordadas as perspectivas, os desafios e as restrições ao desenvolvi-



mento das obras de ligação física entre os países da região, além de programas, projetos, investimentos e legislações, com o intuito de desenvolver propostas e recomendações que poderão ser levadas ao Grupo Mercado Comum (GMC) para sua consideração e tratamento.

Rodada de Foz: agronegócio e turismo

Dando continuidade ao ciclo de debate sobre integração produtiva, a Rodada em Foz do Iguaçu concentrou os trabalhos em torno de dois temas: integração agrícola e integração turística. Estiveram presentes Governadores Argentinos, Brasileiros, Paraguaio, Prefeitos brasileiros, Secretários de Estado do Governo Federal brasileiro, Presidentes de empresas estaduais de turismo, Secretários Estaduais de Agricultura, acadêmicos, além de técnicos e assessores brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios.

A partir das discussões sobre integração produtiva turística resultaram os seguintes encaminhamentos: estabelecer ações que visem à criação e efetivação de legislação que possibilite um turismo sem fronteiras e sem barreiras; aprovar normas técnicas de classificação, cadastramento e certificação dos produtos e serviços turísticos de forma sustentável; contemplar o segmento turístico no Focem; priorizar política de promoção e comercialização dos roteiros turísticos integrados. Já para a questão agrícola, foram discutidas formas de integrar os serviços de vigilância sanitária animal e vegetal, além de trocas de experiências em setores como agricultura familiar e pesquisa agropecuária.

Encomex Mercosul une governos e empresas

O Encontro de Comércio Exterior – Encomex Mercosul – é um evento de caráter internacional e formato múltiplo, que objetiva promover a aproximação entre governo e iniciativa privada, buscando soluções e alternativas para os problemas existentes no comércio exterior, bem como favorecer a integração regional e o comércio intra-bloco.

Realizado desde 1997 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), o Encomex já havia somado 135 edições, realizadas em diversos estados brasileiros, com público superior a 120 mil visitantes e participação de mais de 30 mil empresas.

Idealizado pelo FCCR em parceria com o MDIC, o Encomex, realizado em nível nacional no Brasil, foi reformatado e direcionado ao público do Mercosul, priorizando a temática da integração e estimulando debates e iniciativas que fortaleçam o bloco em suas ações comerciais. Além disso, abriu-se espaço para a realização de reuniões governamentais e outros eventos internacionais paralelos que possibilitaram a participação mais ampla de atores envolvidos com a integração regional sob diferentes perspectivas.

Foram realizadas, até o momento, duas edições

do Encomex Mercosul: a primeira em Foz do Iguaçu, nos dias 16 e 17 de setembro de 2009, e a segunda em Porto Alegre, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010.

Nesta última, estiveram presentes representantes de 12 países (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile, Peru, França, Itália, Suécia, Dinamarca e Irlanda), num público total de cerca de 1.400 pessoas, e foram realizadas mais de 900 rodadas de negócios. Participaram das atividades propostas 120 empresas brasileiras, 24 empresas da América Latina e 12 empresas europeias.

O Encomex Mercosul, realizado em 2010, contou com o apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX-Brasil), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), além da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que coordena o FCCR no Brasil.





OIT estimula ações de valorização do trabalho decente

Organismo internacional sugeriu montagem de compromisso coletivo

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou a proposta de construir uma Agenda Global de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer um compromisso coletivo para a promoção da centralidade do trabalho e a sua valorização. Nesse sentido, compreende-se a valorização do trabalho como a principal forma de superação da pobreza e de inclusão social, tendo em vista o desenvolvimento humano e o fortalecimento da democracia.

O trabalho decente é definido conceitualmente como uma ocupação produtiva adequadamente

remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias.

Como contraponto à crise global do emprego e à precarização do trabalho, como resposta à crescente falta de oportunidades de emprego de qualidade para homens e mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende a promoção do trabalho decente como elemento central a ser incorporado às estratégias de desenvolvimento nacionais.

TERMO DE COMPROMISSO DA OIT

Os municípios, Estados federados, Províncias e Departamentos signatários desse Protocolo,

Considerando que os Estados Partes do Mercosul são membros da Organização Internacional do Trabalho;

Considerando a Decisão 04/06 do Conselho do Mercado Comum de instruir o Grupo Mercado Comum e seus órgãos auxiliares, a que, no desenvolvimento de suas ações, se outorgue prioridade à articulação das políticas econômicas, sociais e laborais com a finalidade de gerar trabalho decente e emprego de qualidade;

Considerando o objetivo do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul de promover maior articulação e participação direta dos governos locais na consolidação da integração e no avanço de uma estratégia de desenvolvimento regional;

Considerando que a Declaração dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados, reunidos no Rio de Janeiro no dia 20 de outubro de 2008, reafirma, face ao contexto de de-

sordem da economia internacional e os fatores que lhe deram origem, a importância da clara opção pelo desenvolvimento centrado na pessoa humana, pela geração de emprego pleno e produtivo e trabalho decente, por projetos de integração orientados ao benefício comum e a uma melhor distribuição de riquezas;

Considerando a Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, aprovada na 97ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho de 2008, que outorga aos seus mandantes a responsabilidade de contribuir mediante políticas sócioeconômicas à realização de uma estratégia global e integrada para implementação de Agendas de Trabalho Decente;

Considerando a importância de compartilhar diretrizes relacionadas à melhoria das condições de trabalho no âmbito dos Estados Partes e do marco da integração do Mercosul, resolvem:

Art. 1º - Reafirmar, por meio da assinatura do presente Termo de Compromisso, sua vontade política de promover desenvolvimento com justiça social e inclusão pelo trabalho decente, comprometendo-se a:



Em 2007 foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Governo da Bahia e a OIT, a partir da Conferência Estadual do Trabalho Decente, dando início à construção da agenda estadual sobre esse tema em consonância com as agendas Hemisférica e Nacional.

A promoção de trabalho decente, no Estado da Bahia, tem fomentado o debate em torno do tema e possibilitado ações de geração de trabalho e renda, segurança e saúde no trabalho, combate à discriminação, qualificação profissional e melhores condições de trabalho, além de fortalecer o esforço pela erradicação de formas degradantes de trabalho, como o trabalho infantil, o trabalho escravo ou forçado e outras práticas espúrias. Nesse sentido, o Estado propôs e aprovou a lei estadual nº 11.479, de 1º de julho de 2009, que instituiu restrições à concessão e à manutenção de financiamentos e incentivos fiscais estaduais a empregadores que não adotem práticas de traba-

lho decente e não atendam à legislação que trata de cotas para portadores de deficiência e jovens aprendizes. Com essa lei, a Bahia tornou-se pioneira no esforço dos governos estaduais para promover condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis.

Além da Bahia, outros governos subnacionais demonstraram interesse em desenvolver iniciativas semelhantes e surgiu a proposta de se levar a agenda do Trabalho Decente para a pauta de discussões do FCCR. O reconhecimento da importância do tema e o interesse de várias cidades, Estados e províncias acabou por fomentar a elaboração de um Termo de Compromisso com o objetivo de destacar a intenção desses governos de desenvolver ações voltadas à formação de Agendas Locais de Trabalho Decente, reconhecendo o trabalho de qualidade como via fundamental para a inclusão social. (Termo 15/12/2008).

I - desenvolver ações relacionadas à promoção de trabalho decente, entendido como uma ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de proporcionar uma vida digna;

II - estabelecer instrumentos de coordenação e articulação das políticas econômicas, sociais, produtivas e de trabalho por meio do desenvolvimento de Agendas locais de Trabalho Decente;

III - cooperar com outros membros subnacionais que desejem desenvolver atividades semelhantes, especialmente no âmbito do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul.

Art. 2º Para a efetivação do compromisso assumido no presente Termo, os signatários desenvolverão Agendas locais de Trabalho Decente em conformidade com a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente e as Agendas ou Programas Nacionais de Trabalho Decente, além da consonância com a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego (Mercosul/CMC/ Dec. N° 04/06).

Art. 3º - Incluem-se entre os objetivos deste Termo de Compromisso estabelecer estratégias locais de desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade ambiental, que tenham como referência os eixos centrais da

Agenda do Trabalho Decente, quais sejam: a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT, adotada em 1998, com atenção permanente e transversal à promoção da igualdade de gênero e raça/etnia e à juventude;

Art. 4º Os signatários do Presente Termo e Compromisso comprometem-se a desenvolver as ações nele propostas por meio do diálogo social, envolvendo órgãos governamentais, representação de trabalhadores e representação de empregadores e, sempre que possível, entidades da sociedade civil organizada.

15 de dezembro de 2008.

O Termo de Compromisso para a Promoção do Trabalho Decente foi assinado pelos estados brasileiros do Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco; pelas Províncias argentinas de Salta, San Juan, Santa Fé e Santiago Del Estero, pelas prefeituras brasileiras de Bagé, Belo Horizonte, Camaçari, Lauro de Freitas, Santo André e São Carlos; pelas municipalidades argentinas de Rosário e Paso de los Libres; e pela intendência municipal uruguaia de Montevideú.



Aprofundar cooperação é partilhar responsabilidades

Inclusão de atores locais tem de ser crescente, integrada e permanente

Em três anos de existência, o FCCR acumulou experiências, conhecimentos e lições que permitem uma reflexão sobre seu futuro, desafios e oportunidades, tendo em vista sua condição de instância do Mercosul e de espaço de participação dos governos subnacionais.

A criação tardia do Foro buscou corrigir uma falha original da formação do bloco, que não incluía originalmente os governos subnacionais em seus espaços institucionais, evidenciando a necessidade de que o Mercosul dê maior valor e atenção aos atores que, ao longo de anos, vem construindo o Mercosul do dia a dia, não raro sob circunstâncias adversas.

Sob esse aspecto, há, entre os governos subnacionais, uma forte posição sobre a necessidade de se aprofundar o processo de construção do Mercosul e da integração regional levando-se em conta sua característica de continuidade, permanência e constância. Em outras palavras, a defesa de que as ações sejam perenes e evoluam no sentido do aprofundamento e inclusão cres-

cente dos atores locais, e não sejam pontuais e episódicas, descontinuadas e fragmentadas.

Na mesma linha, identifica-se a necessidade de maior articulação das ações do Mercosul como um todo, no sentido de envolver as diversas iniciativas já em andamento, otimizando esforços e recursos dos diversos atores, em particular os locais e regionais.

Para tanto, faz-se fundamental que os diversos níveis de governos – nacionais, estaduais, provinciais, departamentais e municipais – do Mercosul assumam, cada qual na medida de suas capacidades, responsabilidades compartilhadas em prol de uma integração de todos.

Dessa forma, os desafios e as oportunidades colocadas ao FCCR, aos governos locais e ao Mercosul para os próximos anos poderiam ser apresentados em três perspectivas, enfocando em cada uma delas um ator político correspondente a suas competências e aspirações, sejam elas em nível internacional, nacional ou subnacional.

DESAFIOS DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS

- Conhecer mais o Mercosul, suas instâncias decisórias e suas características, a fim de poder influenciar mais e melhor em seus processos decisórios e contribuir com ideias e iniciativas;
- Aumentar a participação quantitativa e qualitativamente desses governos nos temas relacionados à integração, aproximando o Mercosul do cidadão e beneficiando a todos;
- Priorizar iniciativas conjuntas em detrimento das individuais a fim de fortalecer suas posições e objetivos comuns.



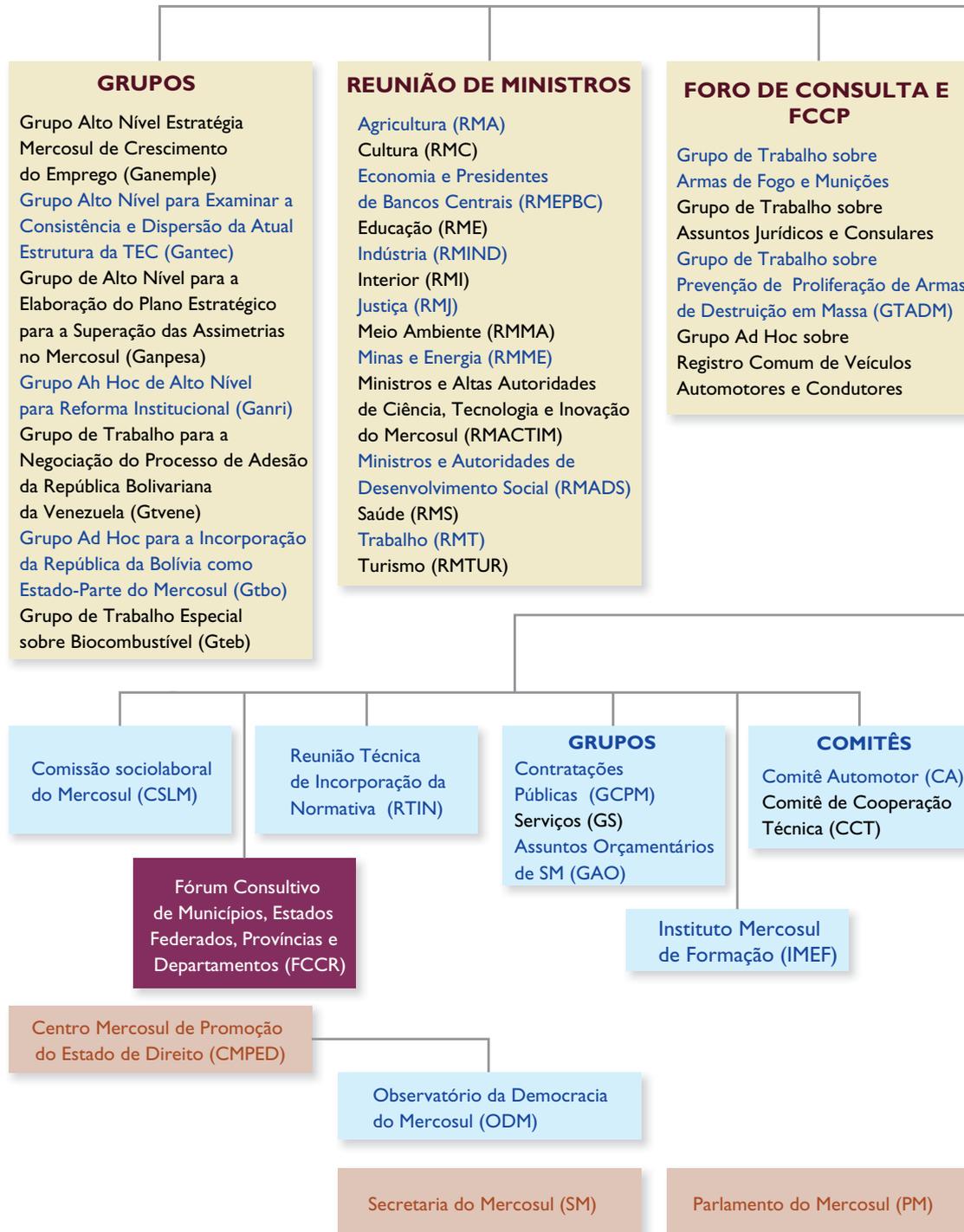
DESAFIOS DOS GOVERNOS NACIONAIS

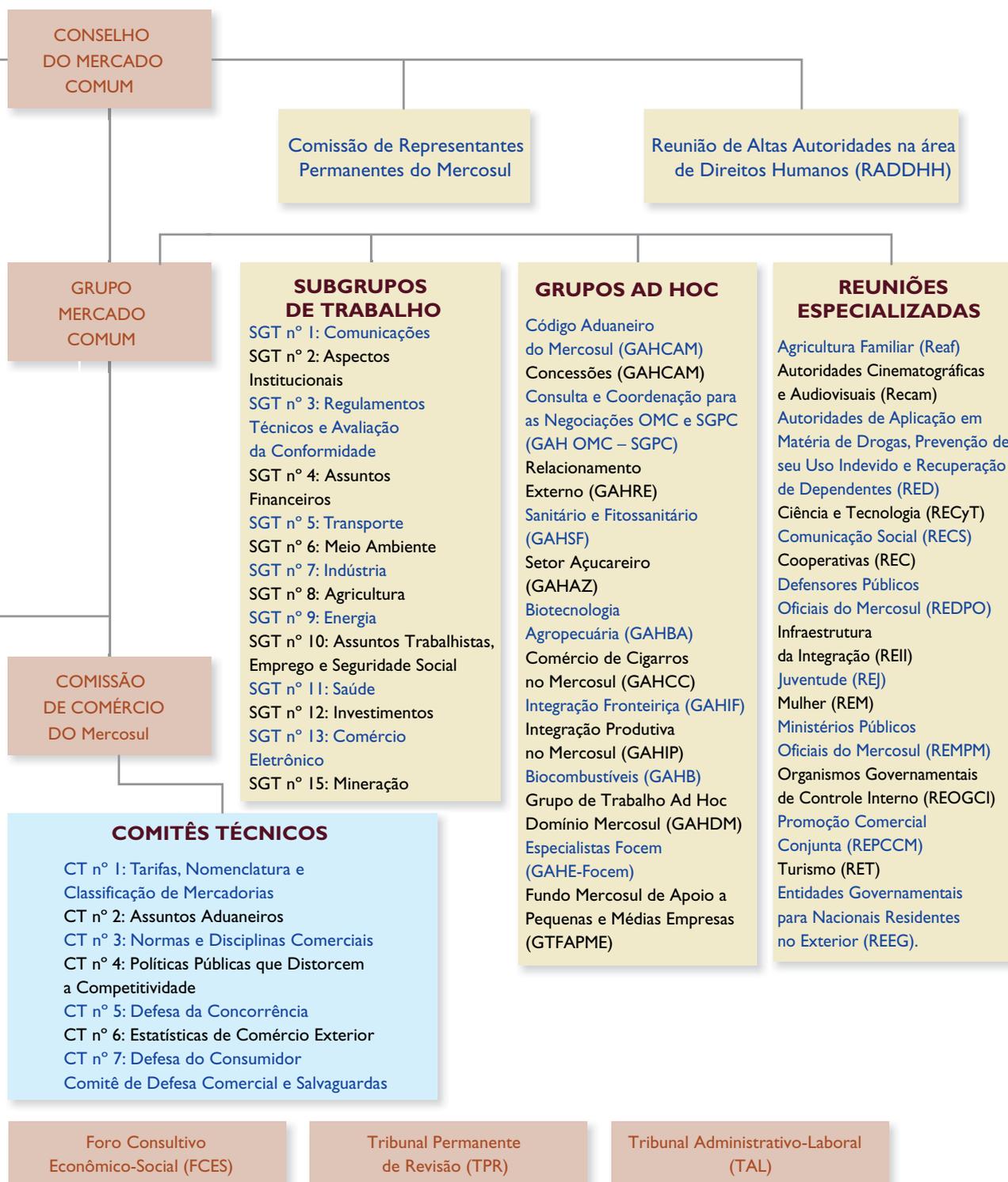
- Fornecer maior apoio às ações empreendidas pelos governos subnacionais em prol da integração regional;
- Estabelecer mais canais de diálogo com os governos locais para temas como o Mercosul e a integração, a fim de traçarem ações e projetos conjuntos, com foco “integrador”;
- Promover mais estímulos para que todos os atores atuem na frente Mercosul de forma integrada;
- Criar mecanismos e novas formas de financiamento para que governos nacionais e subnacionais trabalhem em conjunto nas iniciativas de interesse comum.

DESAFIOS DO MERCOSUL COMO UM TODO

- Ter um novo “olhar regional”, capaz de focar, de forma mais abrangente e inclusiva, temas e atores, e enfrentar tanto as questões econômicas, comerciais e de infraestrutura, como as sociais e culturais, que formam o patrimônio imaterial da região;
- Direcionar um novo olhar para o local: o bloco deve ser capaz de apoiar e dinamizar “os pequenos”: os pequenos projetos, os pequenos municípios, o pequeno empreendedorismo; ter atenção e ações voltadas ao que acontece no dia a dia do cidadão e das comunidades e, sobretudo, para seu potencial agregador ao processo de integração;
- Valorizar a cultura, a cidadania mercosulina e a marca “Mercosul”: ser capaz de enxergar as oportunidades, o potencial e os esforços empreendidos pelas comunidades e governos locais;
- Melhorar e fortalecer a estrutura da Secretaria do Mercosul, que deve possuir um plano estratégico de médio e longo prazo, prevendo seu crescimento de forma racional e gradativa, capaz de apoiar as iniciativas dos Estados Partes e também da sociedade civil e dos governos e atores locais;
- Aumentar de forma gradativa e orientada os recursos para o Focem e outros fundos a fim de alcançar diferentes atores e demandas. Além do Focem, outros fundos poderiam ser criados, seguindo o exemplo do Fundo Garantidor de Pequenas e Médias Empresas, no formato de fundos descentralizados e orientados para governos locais por meio de chamadas de projetos e editais, com procedimentos simplificados e acessíveis aos diversos tipos de projetos e atores.

O FCCR NA ESTRUTURA DO MERCOSUL







ENTIDADES DE GOVERNOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

CONGRESO DE INTENDENTES DO URUGUAI

<http://www.ci.gub.uy>

O *Congreso de Intendentes* é uma entidade pública instituída pelo artigo 262 da Constituição da República Oriental do Uruguai, cujos objetivos institucionais são: coordenar as políticas dos governos departamentais; celebrar convênios com o Poder Executivo, Entidades Autônomas e Serviços Descentralizados; e organizar e prestar serviços e atividades próprias ou comuns, tanto em seus respectivos territórios, como de forma regional ou interdepartamental.

A área de relações internacionais do Congresso de Intendentes foi criada recentemente com a finalidade de promover a troca de experiências em áreas como descentralização, políticas sociais e planejamento urbano, dentre outras, por meio de parcerias com associações, municípios, prefeituras e governos provinciais da América Latina e do resto do mundo.

CONSEJO DE GOBERNADORES DO PARAGUAI

O *Consejo de Gobernadores do Paraguai* é uma instituição civil composta pelos governadores dos 17 departamentos paraguaios. Sua atuação teve início no ano de 1999, com os governadores do período 1998-2003. Em 2006, por meio de decreto, foi reconhecida como pessoa jurídica do Poder Executivo.

A organização funciona na cidade de Assunção, no edifício do Ministério do Interior, atuando na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural dos governos departamentais, em estreita colaboração com o Governo Nacional e as Juntas Departamentais. Por meio dos governadores, o Conselho é membro ativo em diversas instituições criadas por Lei, Resolução e Decreto na República do Paraguai.

Fonte: MRE paraguaio

REDE MERCOCIDADES

<http://www.mercocidades.net/>



Mercocidades é a principal rede de municípios do MERCOSUL e uma referência destacada no processo de integração. Foi fundada em 1995 por iniciativa dos principais prefeitos e intendentess da região para incentivar a participação dos municípios no processo de integração regional, promover a criação de um ambiente institucional para as cidades no âmbito do MERCOSUL e desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre municípios da região, conforme estipulado em seus estatutos.

Atualmente a rede Mercocidades conta com 213 cidades associadas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia e Peru, onde vivem mais de 80 milhões de pessoas.

CODESUL

<http://www.codesul.com.br/>

O Sistema Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul-BRDE), foi criado, em 1961, através de um convênio entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 1992 o estado do Mato Grosso do Sul passou a integrar o Conselho.

Com o objetivo de encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais, com concentração do crescimento no centro do País, o Codesul constituiu-se num foro privilegiado à coordenação e à potencialização em torno de questões comuns aos estados-membros, em especial aquelas relativas ao desenvolvimento econômico e social e à integração ao Mercosul.

Desenvolvem-se, ainda, negociações com a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (CRPM), a Xunta da Galícia, Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino - Litoral (Crecenea - Litoral), e o Governo de Québec/Canadá com o objetivo de fortalecer a cooperação com essas entidades.



A Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino (Crecenea) foi criada de comum acordo entre as províncias de Chaco, Corrientes, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fé, com o propósito de promover a integração do nordeste argentino (NEA) com os estados fronteiriços vizinhos. Nos primeiros anos da história da Crecenea, ocorreram vários encontros, reuniões e negociações que culminaram com a proposta e assinatura, em 1988, do Protocolo Regional Fronteiriço n.º 23 do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil.

Desde então, o Crecenea-Litoral integrou-se, em torno de objetivos comuns, aos estados do sul do Brasil por meio do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), que inclui os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, elaborando planos de trabalho conjuntos. O Codesul-Crecenea tornou-se o primeiro e maior bloco subregional no âmbito do Mercosul.

Os temas priorizados pelo Crecenea, tendo em vista uma ação conjunta e integrada, são: Infraestrutura, Saúde, Cultura, Educação, Turismo, Questões Fronteiriças, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Conselhos e Associações Profissionais, Cooperação Técnica e Segurança.

ZICOSUL

<http://www.zicosur.com>

A Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, Zicosul, é um projeto de complementação econômica, comercial e cultural, bem como de cooperação inter-governamental e empresarial que reúne as regiões próximas ao Trópico de Capricórnio.

Nela se unem as regiões: Tarapacá, Antofagasta e Atacama, do norte do Chile; os departamentos de Potosí e Tarija, do sul da Bolívia; as Províncias de Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, Corrientes, Formosa, Chaco e Misiones, do norte da Argentina; e os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, no oeste do Brasil; além da República do Paraguai e regiões do sul do Peru. A Zicosul surgiu como uma resposta ao desejo das regiões mediterrâneas da América do Sul de articular um complexo econômico capaz de acessar, em condições vantajosas, os centros econômicos situados do outro lado do Oceano Pacífico.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

<http://www.lindeiros.org.br/>



Em 1990, foi fundado o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, descrito como pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, exercendo sua atividade com autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade é promover o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural de toda a região de forma integrada, respeitando as diferentes características de cada município, contando sempre com a parceria da Itaipu Binacional.

São membros do Conselho as cidades de Mundo Novo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante D'Oeste, Terra Roxa e Foz do Iguçu. Mais tarde, após processo de emancipação política, ingressaram na associação também os municípios de Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Itaipulândia. Formado por representantes das Prefeituras Municipais, Câmaras de vereadores e Associações Comerciais dos dezesseis municípios lindeiros, o Conselho surgiu devido à necessidade que se apresentava nestes municípios, que viviam a expectativa dos *royalties*, de um órgão que os representasse.

O Conselho atua internacionalmente participando do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e empreendendo diversas ações relacionadas à integração fronteiriça e ao desenvolvimento regional.



PRINCIPAIS ACORDOS ASSINADOS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

1 Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamento do Mercosul (FCCR) e a Corporação Andina de Fomento (CAF)
Memorando de Entendimento com o intuito de trabalhar de forma conjunta, a fim de desenvolver projetos e ações nas áreas de integração fronteiriça, cooperação bilateral entre os membros do FCCR e cultura.

Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamento do Mercosul (FCCR) e Parlamento do Mercosul

Acordo Interinstitucional com o compromisso de intercambiar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do Mercosul em geral e assuntos considerados pelas partes como de interesse mútuo.

2

3 Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamento do Mercosul (FCCR) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
Projeto de Integração Fronteiriça no Mercosul.



4

Estado do Amazonas, Brasil e Província de Terra do Fogo, Argentina

Termo de Cooperação na área industrial, em decorrência da Declaração de irmanamento firmado entre os governos do Estado do Amazonas e a Província de Terra do Fogo.

Estado de Roraima, Brasil e Estado de Bolívar, Venezuela

Declaração Conjunta dos Governadores do Estado de Roraima e do Estado de Bolívar.

5

6

Corporação Andina de Fomento e o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Codesul)

Protocolo de Entendimento entre Cooperação Andina de Fomento e o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Codesul).



7

Governo do Estado do Paraná (Brasil) e Departamento de Canindeyú (Paraguai)

Protocolo de Intenções entre o Estado do Paraná (Brasil) e o Departamento de Canindeyú (Paraguai).

Estado do Paraná (Brasil) e Departamento de Itapúa (Paraguai)

Protocolo de Intenções entre o Estado do Paraná (Brasil)
e o Departamento de Itapúa (Paraguai).

8

9

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Brasil e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)

Convênios de Cooperação Técnica Financeira entre Embrapa, EBDA e EPAMIG.

Embrapa e Governo dos Estados da Bahia, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima, Paraná, Pernambuco, Sergipe e Santa Catarina

10

Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil) e Departamento de Itapúa (Paraguai)

Protocolo de Intenções entre o Estado do Mato Grosso do Sul
e o Departamento de Itapúa.



Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil) e Província de Santa Fé (Argentina)

Protocolo de Intenções entre o Estado do Mato Grosso do Sul
e a Província de Santa Fé.

12



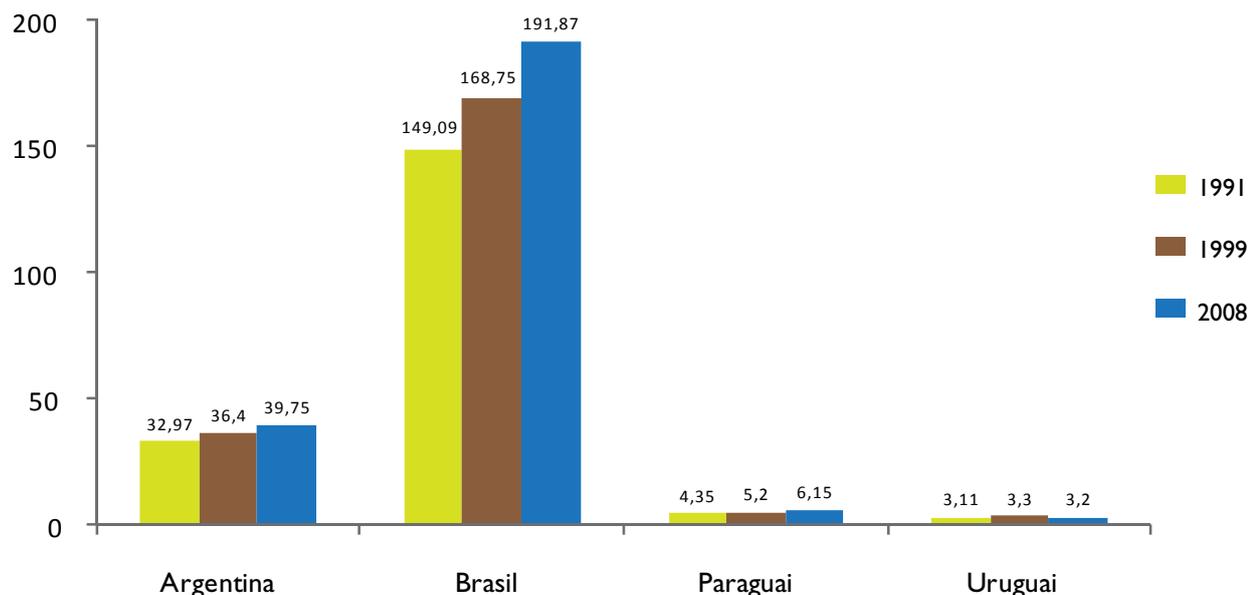
MERCOSUL EM NÚMEROS

POPULAÇÃO E PIB - 2008



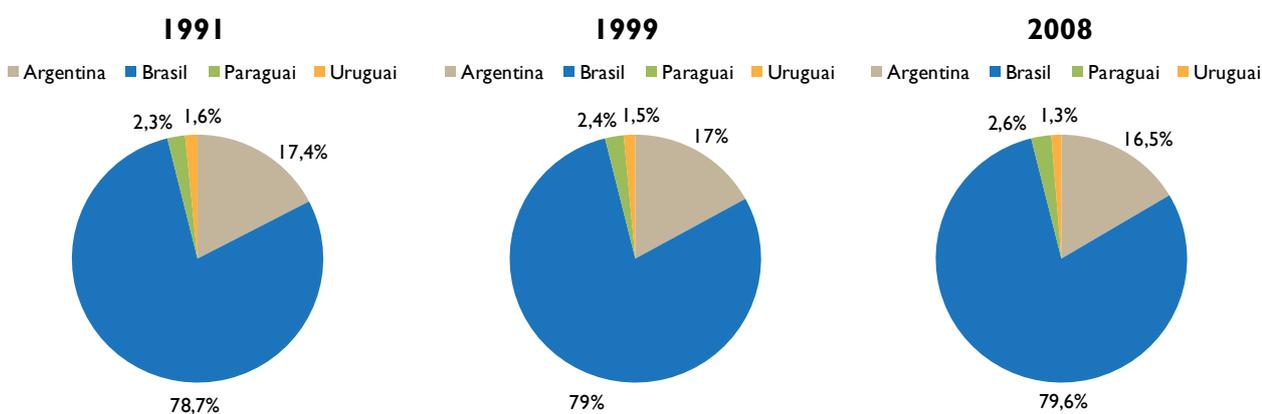
Fonte: FMI

CRESCIMENTO POPULACIONAL – 1991-2008



Fonte: FMI

DIVISÃO DA POPULAÇÃO NO BLOCO



Fonte: FMI

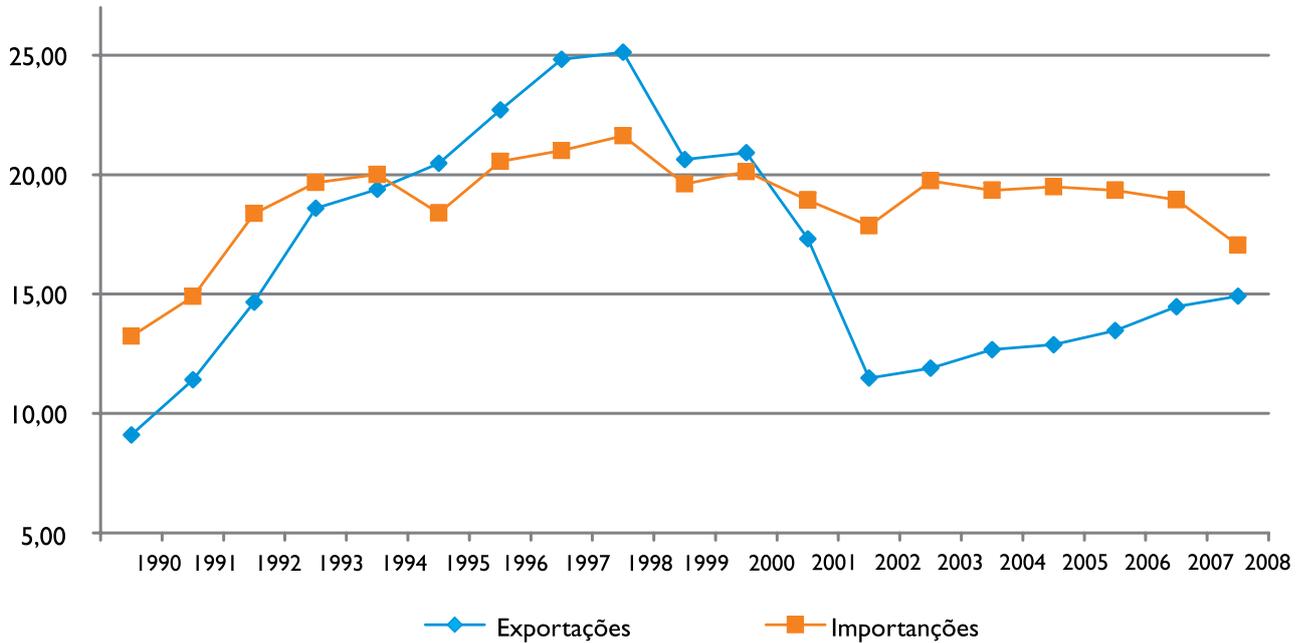
DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESIGUALDADES

| País | IDH | Ranking IDH | Índice de Gini |
|-----------|-------|-------------|----------------|
| Argentina | 0,866 | 49 | 50,0 |
| Brasil | 0,813 | 75 | 55,0 |
| Paraguai | 0,761 | 101 | 53,2 |
| Uruguai | 0,865 | 50 | 46,2 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 2007

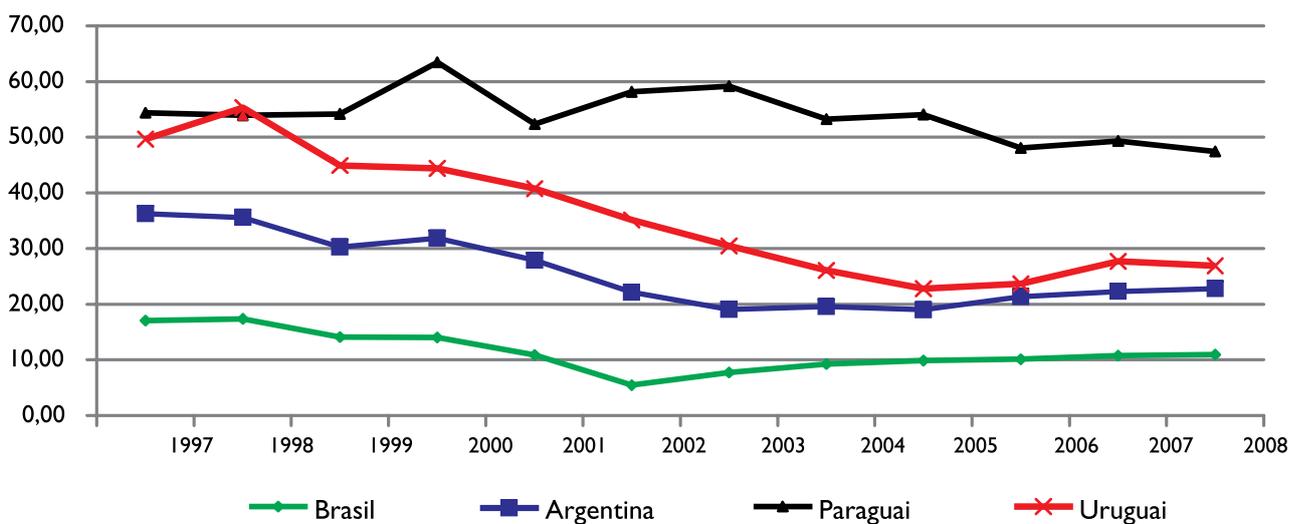


PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO INTRAMERCOSUL NO COMÉRCIO TOTAL – 1990-2008



Fonte: MDIC

PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL EM RELAÇÃO AO TOTAL EXPORTADO POR PAÍS – 1997-2008



Fonte: FMI e BCs.

FOCEM: RECURSOS PARA INTEGRAÇÃO

Para tratar de maneira mais efetiva as assimetrias no interior do Mercosul, foi criado em 2004 o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), regulamentado em 2005 pelo Conselho do Mercado Comum. Seu objetivo é estimular a competitividade das economias menores e regiões de menor desenvolvimento e fortalecer a integração física com obras de infraestrutura.

O FCCR tem disseminado o conhecimento dos governos subnacionais acerca do Focem, com a meta de ampliar o acesso destes a fontes alternativas de financiamento para ações de integração regional. No âmbito do Foro, está sendo preparado um programa de capacitação técnica dos agentes públicos locais na preparação de projetos. Até o fim de seus dez anos de vigência, iniciada em 2007, o Focem concluirá movimentações de US\$ 1 bilhão, captados e distribuídos entre os membros do Mercosul de acordo com as suas regras de funcionamento.

Até maio de 2010, foram aprovados 25 projetos: 14 do Paraguai, seis do Uruguai, um do Bra-

sil, três da Secretaria do Mercosul e um plurilateral. Os projetos concentram-se nas áreas de habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança e capacitação tecnológica.

Em setembro de 2009, as contas do Focem registravam saldo de US\$ 255 milhões. O regulamento do Fundo prevê o pagamento da contribuição anual em cotas semestrais, que vencem em 15 de abril e 15 de outubro. Estar em dia com as contribuições ao Focem e ao Mercosul constitui condição para se obter a aprovação e o primeiro desembolso para qualquer projeto.

A estrutura, o regulamento e o funcionamento do Focem têm sido permanentemente aperfeiçoados desde 2007. O Conselho do Mercado Comum, por exemplo, aprovou decisão, em julho de 2009, que estabelece, no âmbito das licitações de projetos com financiamento do Focem, a aplicação do tratamento nacional e de não-discriminação às ofertas e ofertantes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de nacionalidade dos Estados Partes. Quando houver participação de empresas estrangeiras, dá-se preferência às do Mercosul.



COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Contribuição

Brasil
70%

Argentina
27%

Uruguai
2%

Paraguai
1%

Focem: contribuições anuais não reembolsáveis no total de US\$ 100 milhões

Recebimento

10%
Brasil

10%
Argentina

32%
Uruguai

48%
Paraguai



PARLAMENTO DO MERCOSUL REFLETE DIVERSIDADE DENTRO DO BLOCO

Composto para consolidar a legitimidade política do processo de integração regional, o Parlamento do Mercosul é mais um espaço que reflete a diversidade de realidades locais dentro do bloco. Assim como ocorre nos Legislativos nacionais, a expectativa é que as eleições diretas e universais levem ao Parlamento do Mercosul representantes de todas as regiões dos países, portanto alinhados às expectativas daqueles estados, departamentos, províncias e municípios em relação à cooperação internacional.

1 As origens do Parlamento do Mercosul remontam a 1991, ano da assinatura do Tratado de Assunção, que determinou a criação de uma Comissão Parlamentar Conjunta, composta por representações dos Parlamentos Nacionais dos Estados Partes. Essa Comissão foi estabelecida em 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

2 Após 12 anos de atividade, a Comissão Parlamentar Conjunta foi substituída pelo Parlamento do Mercosul, com a aprovação de seu Protocolo Constitutivo, em dezembro de 2005.

3 Em 28 de abril de 2009, em cumprimento a mandato do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, os Parlamentares aprovaram Acordo Político, com definição do critério de representação para a constituição das bancadas nacionais do Parlamento, o qual deveria, ainda, ser referendado pelo Conselho do Mercado Comum. Esse processo culminou com a Decisão hoje assinada pelos Chanceleres, durante Reunião Extraordinária do Conselho.

4 A decisão de 18 de outubro integra plenamente o Parlamento à estrutura institucional do Mercosul, com a definição de um critério de representação cidadã, que determina o número de assentos que corresponderá a cada Estado Parte.

COMPOSIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

1. Atual

| | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| Argentina 18 parlamentares | Brasil 18 parlamentares | Paraguai 18 parlamentares | Uruguai 18 parlamentares |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|



2. Transição: entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2014

| | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| Argentina 26 parlamentares | Brasil 37 parlamentares | Paraguai 18 parlamentares | Uruguai 18 parlamentares |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|

3. Futuro: a partir de 2015

| | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| Argentina 43 parlamentares | Brasil 75 parlamentares | Paraguai 18 parlamentares | Uruguai 18 parlamentares |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|



Coordenações Nacionais e de Comitês do FCCR

Ministério das Relações Exteriores
Tel: +54 (11) 4819.7838
Fax: +54 (11) 4819.7841
tgc@mrecic.gov.ar

Argentina

Subchefia de Assuntos Federativos
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Tel.: +55 (61) 3411.3414
Fax: +55 (61) 3323.4304
alberto.kleiman@planalto.gov.br

Brasil

Ministério das Relações Exteriores
Tel.: (+595 21) 493 657 ramal: 129
sriquelme@mre.gov.py
jlivieres@mre.gov.py

Paraguai

Uruguai

Presidência do Congreso de Intendentes
Tel.: (589) (2) 902-0548 / 902-7225/26
Fax: (589) (2) 902-0780
congreso.internacional@ci.gub.uy

Governo do Estado de Bolívar
Tel.: (+58 412) 597-1388 / (+58 416) 692-6858
mariarias04@gmail.com

Venezuela

Comitê
de Estados

Governo da Província de Tucumán, Argentina
Secretaria de Relaciones Internacionales
Tel/Fax.: (0381) 4249176 / 4249220
<http://seri.tucuman.gov.ar/>

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Adjunta de Relações Internacionais
Tel.: +55 31 3277 4695 / 3277 4695
Fax: +55 31 3277 4438
www.pbh.gov.br/internacional

Comitê de
Municípios

Publicação de caráter publicitário e de prestação de serviço. Não pode ser reproduzida ou modificada.

Crédito das imagens: Embratur; Embaixada da Argentina no Brasil; Embaixada do Uruguai no Brasil; e Embaixada do Paraguai no Brasil

Secretaria de
Relações Institucionais



Mais informações: www.portalfederativo.gov.br